

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO MINEIRO ¹

Antônio Henrique Duarte Lacerda²

RESUMO:

Neste texto apresento as formas de acumulação de riqueza – heranças e atividades econômicas – de uma das mais abastadas famílias das Minas Gerais oitocentista, os Ferreira Armonde. Proponho acompanhar duas gerações dos Ferreira Armonde, quais sejam, Francisco Ferreira Armonde pai e Francisco Ferreira Armonde filho, acompanhando a evolução do patrimônio desta família que veio de Portugal no início do setecentos, sem muitos recursos, e se tornou uma das mais ricas família da então Comarca do Rio das Mortes, no início do século XIX, contribuindo na formação do espaço econômico mineiro.

PALAVRAS-CHAVES: Ferreira Armonde, economia mineira, séculos XVIII_XIX.

Minha intenção é analisar as formas de acumulação de riqueza – heranças e atividades econômicas – de uma das abastadas famílias das Minas Gerais dos períodos colonial e imperial. Parto da hipótese de que as atividades econômicas fundamentais de Minas Gerais no período em estudo são: a exploração mineratória, a agricultura voltada para o abastecimento – que possibilita a existência da primeira – e o transporte, necessário ao escoamento das duas primeiras. Portanto, são atividades dependentes. Em relação à economia mineradora, ela nasce com um padrão monetário – o ouro, que é por si uma moeda de troca.

Proponho acompanhar duas gerações dos Ferreira Armonde, quais sejam, Francisco Ferreira Armonde pai e Francisco Ferreira Armonde filho, apontando as origens e a acumulação da riqueza da família, através da análise da evolução de seus patrimônios e de suas redes de sociabilidades,³ e a participação desta família na formação do espaço econômico mineiro. Parto de 1751, ano em que faleceu Francisco Ferreira Armonde pai e finalizo em 1814, data de morte de seu filho homônimo. A riqueza gerada e acumulada pelos dois Franciscos foi multiplicada e diversificada por seus filhos e netos, que receberam muitas patentes e títulos nobiliárquicos. Para os limites desta comunicação, minhas análises ficarão restritas às trajetórias dos dois Franciscos.

Júnia Furtado (1999), na sua tese de doutorado sobre os **Homens de Negócios nas Minas Gerais do século XVIII**, estudou o comércio e os comerciantes mineiros do século XVIII, buscando compreender, através de suas atuações, a forma de reprodução do poder metropolitano na sociedade colonial. O poder de que trata a autora é tanto o público quanto o particular, aquele exercido no cotidiano. Partindo das observações de Maria Odila Dias, que chamou a atenção para a necessidade de se pesquisar as formas de enraizamento dos interesses portugueses no processo de “interiorização da metrópole no Centro-Sul da Colônia”, Júnia pesquisou o papel do comerciante na ocupação das Minas Gerais. A autora notou certa dificuldade em classificar os comerciantes mineiros em grupos ou categorias estáticas, uma vez que as atividades desempenhadas eram muito diversificadas. Todavia, ela destacou que havia “... uma camada de homens, portugueses, brancos e livres que se esforçava por se identificar com a elite local e diversificava seu investimento em terras, escravos e lavras, procurando os símbolos de dignificação” (FURTADO, 1999: 332). Os personagens em estudo fazem parte desse grupo.

Estudando os homens de negócios do Rio de Janeiro de meados do século XIX, Marcia Naomi (2003) chamou a atenção para o fato, muito semelhante em Minas Gerais, de que face à escassez de moedas e à proibição da circulação de ouro em pó, o comércio e os negociantes promoveram o desenvolvimento de um sistema de crédito “baseado em recibos e letras de crédito”, onde a ausência de instituições bancárias ou de crédito tornou o capital comercial uma importante fonte de financiamento pessoal e para outros comerciantes.⁴ De um modo geral, essas atividades eram anotadas em letras ou ‘papéis de crédito’, algumas vezes registradas em cartórios, outras, em ‘cartas de crédito particulares’. Dentre os negócios da família Ferreira Armonde, um dos que mais se sobressaem nas fontes foi justamente o **crédito**.

Crédito, palavra que nos dicionários de Economia é definida como “transação comercial em que um comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquirido, mas só fará o pagamento depois de algum tempo determinado”, podendo ou não envolver apenas dinheiro (SANDRONI, 1989:72). O **crédito** envolve duas noções fundamentais: “**confiança**, expressa na promessa do pagamento, e **tempo** entre a aquisição e a liquidação da dívida” (Idem). Tais noções são fundamentais para a compreensão das relações entre os indivíduos, credor e devedor, inseridos numa sociedade onde pertencer a um grupo e/ou a uma **família** é o elemento estruturador da sociedade (BERTRAND, 1999: 116).

Sheila de Castro Faria (1998), no seu trabalho sobre Campos na virada do século XVIII para o XIX, constatou a formação de longas cadeias de endividamento, que se ramificavam dos comissários da praça do Rio de Janeiro aos grandes negociantes do interior e desses aos pequenos comerciantes locais, aos proprietários agrários, estendendo-se aos homens livres pobres.⁵ Um grupo restrito mantinha a liquidez do mercado regional, emprestavam e investiam na produção agrária, algumas vezes exercendo as duas atividades. Outros estabeleceram alianças, de compadrio ou familiares, com os comissários do Rio de Janeiro, a quem, muitas vezes, encarregavam de cobrar as dívidas (FARIA, 1998: 178-205).

Stanley Stein (1985), no clássico trabalho sobre Vassouras, um dos pioneiros a trabalhar com as redes de poder entre as famílias cafeicultoras, nota que este foi o caso da família Teixeira Leite (de Vassouras, com ramificações em Minas Gerais e São Paulo), que não só manteve estreitos laços com a comunidade financeira do Rio de Janeiro, como também muitos dos seus membros atuaram como comissários e banqueiros, como foi o caso do Barão de Vassouras e o Banco Comercial e Agrícola (1858-1861) (STEIN, 1985: 43).⁶

Há que se observar que nos últimos anos houve um crescente interesse em analisar a dinâmica do mercado interno mineiro a partir da crise da mineração, enfatizando as atividades voltadas para o abastecimento da praça comercial do Rio de Janeiro e das ligações dos comerciantes das Minas com os comissários da Corte. Cláudia Chaves, em **Perfeitos Negociantes**, procurou apresentar um “panorama geral do mercado colonial de Minas Gerais”, apontando suas especificidades, seus agentes e sua estrutura de funcionamento. Segundo a autora, este mercado era muito diversificado e difundido e, principalmente, ligado ao setor agropecuário (CHAVES, 1999: 18).

Com a intensificação dos estudos **micro-históricos** hoje contamos com um conjunto de obras que abordam direta ou indiretamente algumas famílias de comerciantes mineiros. Silvia Brügger (2002), por exemplo, analisou as *estratégias familiares e as alianças matrimoniais* das famílias sanjoanenses, acompanhando a importância dos arranjos conjugais em suas trajetórias, perseguindo três gerações dos Lobo Silva Rios e os Pinto Magalhães, por exemplo, dedicadas às atividades mercantis. A autora observou as variações das riquezas através das gerações e por entre os diferentes ramos familiares.

Marcos Andrade (2008) também analisou as relações entre família, negócios e poder (entre 1799-1850), contemplando o Sul da capitania de Minas Gerais. Os

personagens estudados pelo autor construíram suas riquezas investindo nas atividades agropastoris e na comercialização de gêneros necessários ao abastecimento interno, negociados, principalmente, na praça mercantil do Rio de Janeiro. Para consolidar a proposta da pesquisa, o autor destacou a família Junqueira (fazendeiros/negociantes), analisando suas estratégias matrimoniais e alianças não-parentais objetivando consolidar seu poderio econômico e político. Para tanto, acompanhou a trajetória dos filhos e de alguns netos do casal fundador da família em apreço.

Para além da produção sobre as Minas Gerais, chamo a atenção para os estudos de uma nova geração de historiadores que têm se dedicado sobre esta temática nas diversas regiões do Brasil. Dentre outros destaco as pesquisas de Fábio Kuhn (2006) e Mariana Muaze (2006), ambas originalmente apresentadas como teses de doutorado na Universidade Federal Fluminense.

É a par destas questões, apresentadas nos parágrafos acima, que este texto pretende se desenvolver.

Da mesma forma que para Giovanni Levi a história de Giovan Battista Chiesa não foi um fim em si mesmo, mas “o pretexto para a reconstituição do ambiente social e cultural da cidade” (LEVI, 2000:47), também pretendemos inserir a história da família Ferreira Armonde no contexto local das Vilas de São João del Rei e Barbacena, lugares onde eles viveram e atuaram. Desta forma, resgatar e reconstruir os fragmentos possíveis da trajetória dos Ferreira Armonde, significou, também, reconstituir aspectos do tecido social e econômico da Comarca do Rio das Mortes, ou, mais especificamente, das vilas citadas. Um estudo microscópico do cotidiano dos Ferreira Armonde, em suas relações com os atores sociais que com eles conviveram – fazendeiros, negociantes, políticos, religiosos, trabalhadores livres pobres e escravos – permitiu ampliar o conhecimento sobre o “universo das relações” estabelecidas nas localidades em que estes personagens viveram (LEVI, 2000: 83).

Favorecida pela geografia – terreno plano e abundante em águas – e pelo clima, na região cultivava-se raízes tuberculosas, algodoeiros, canaviais, milharais, hortaliças e frutos. No início do século XIX o município se destacava pela excelência de seus pastos e pelo gado, que para os contemporâneos era de primorosa qualidade. Primeiramente voltada para o abastecimento interno, com a vinda da Corte para o Brasil, 1808, o eixo econômico se deslocou para o Rio de Janeiro. São João del Rei fornecia para a Corte, principalmente, gado vacum, porcos, mulas, cavalos, queijos, toucinho, chapéus, couro e tecidos de algodão, além de ouro e pedras preciosas

(GRAÇA FILHO, 2002: 36-38 e 56). A Comarca do Rio das Mortes abastecia de gêneros de subsistência o Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, distribuía para as demais regiões das Minas e para os vendeiros do entorno os produtos que vinham da Corte: sal, azeite, gêneros secos, ferragens, vinhos e, principalmente, escravos (GRAÇA FILHO, 2002: 38). Mais tarde, no século XIX, essa riqueza se desdobraria na montagem das fazendas cafeeiras da Mata mineira (OLIVEIRA, 2005) e/ou Vale do Paraíba mineiro, quando o “ouro verde” somaria à riqueza dos fazendeiros mineiros os títulos nobiliárquicos — os “barões do café”.⁷

A família Ferreira Armonde, representada no Quadro 1, objeto desta pesquisa, ao longo do período em estudo, se tornou uma das mais prósperas das Minas Gerais, não obstante ter chegado em Minas, aparentemente sem relações familiares e/ou redes de sociabilidades que lhes dessem sustentação para o início de sua escalada socioeconômica. Eles atuaram em todos os recantos das Minas Gerais e estenderam suas redes de relações e atuações para a Província do Rio de Janeiro.

Os personagens em estudo se instalaram nas margens do Caminho Novo, cuja abertura foi iniciada por volta de 1698. O arraial da Igreja Nova de Campolide, primitivamente pertencente a São João del Rei, e depois arraial da Igreja de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, daria origem a Vila de Barbacena (1791). Nessa região funcionou o chamado “Registro Velho”, posto de fiscalização da Coroa Portuguesa. As sesmarias instaladas nessas paragens caracterizavam-se pela produção agrícola ou pela associação de atividades agrárias com as pastoris. Como ponto de paragem dos viandantes que trafegavam pelo caminho novo, a localidade desenvolveu significativo comércio vivenciando um rápido crescimento demográfico e econômico. Barbacena e seu Termo pertenceram à Comarca do Rio das Mortes até 1833, quando foi desmembrada e a Vila passou a ser a sede da Comarca do Paraibuna (cf. TEIXEIRA, 2007).

Quadro 01
Descendência de Francisco Ferreira Armonde e
Ângela da Conceição Camelo

NOME	FILHOS	NETOS	BISNETOS		
Francisco Ferreira Armonde e Ângela da Conceição Camelo	Maria Vicência de Jesus				
	Manoel Ferreira Armonde				
	Vicente				
	Francisco Ferreira Armonde (com Felizarda Maria Francisca de Assis)	Francisco Antonio Ferreira Armonde (padre)			
		José Joaquim Ferreira Armonde (padre)			
		Mariano José Ferreira Armonde			
		Marcelino José Ferreira Armonde Iº Barão de Pitangui (com Posidônia Eleodora Marques da Silva – com quem nunca se casou)	Camila Francisca Ferreira de Assis Armonde		
			Honório Augusto José Ferreira Armonde		
			Camilo Maria Ferreira Armonde		
			Clotilde Ferreira Armonde/Clotilde Francisca de Assis		
			Lino Ferreira Armonde		
		Simplicio José Ferreira Armonde			
		Ana Quitéria			
		Joaquim José Ferreira Armonde			
		Honório José Ferreira Armonde			
		Manoel José Ferreira Armonde			
		Antonio José Ferreira Armonde			
	Flávio José Ferreira Armonde				
	Lino José Ferreira Armonde				
	Ana Maria de Jesus				
José Ferreira Armonde					

Francisco Ferreira Armonde era “natural da Ilha Terceira da Freguesia da Vila de São Sebastião em Portugal, filho legítimo de Gaspar de Souto Maior e de sua mulher Margarida das Candeyas”.⁸ As evidências indicam que Francisco Ferreira Armonde nasceu entre 1691 e 1694⁹ e que chegou em Minas Gerais pelas proximidades de 1725, então com 34 anos de idade, pouco mais ou menos. Há informações de que Francisco Ferreira Armonde teria se casado pela primeira vez com “Ângela Maria da Conceição Camelo em 25 de janeiro de 1721 na Freguesia da Vila de São Sebastião da Ilha

Terceira dos Açores”, Portugal.¹⁰ Portanto, foi bem possível que poucos anos após o consórcio o casal embarcou para o Brasil.

De acordo com os dados do testamento e do inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1751, ele era analfabeto e se casou duas vezes.¹¹ Com a primeira esposa teve seis filhos, que no ano do inventário (1751), foram qualificados da forma seguinte: 1- Maria Vicência de Jesus: 29 anos, casada com José Ferreira dos Santos; 2- Manoel Ferreira Armonde: 27 anos, tropeiro, solteiro (posteriormente se casou com Catharina Maria de Jesus); 3- Vicente, 16 anos, solteiro;¹² 4- Francisco, 14 anos¹³ (que se casou primeiramente com Rita Maria da Conceição e segunda vez com Felizarda Maria Francisca de Assis); 5- Ana Maria de Jesus, 11 anos¹⁴ (que mais tarde se casou com Pedro de Paiva Coimbra (1753), primeiro casamento, e depois com Francisco Pereira da Cunha (1756)); 6- José Ferreira Armonde, nove anos,¹⁵ que se casou, posteriormente, com Ana Maria de Jesus (em 1772). Os dois filhos mais velhos nasceram em Portugal. Após a morte de Ângela Camela (1746), Francisco Ferreira Armonde contraiu segundo casamento com Ana Antônia de São José,¹⁶ aos 16 de fevereiro de 1751, com quem não deixou descendência.

A saída de Francisco Ferreira Armonde de Portugal para São João del Rei, assim como de outros, estava relacionada com a busca de melhores oportunidades, oferecidas pela mineração e pela riqueza dela derivada. Entretanto, por volta de 1750, a mineração estava em declínio na região, mas São João del Rei já se destacava como entreposto comercial. Nesse cenário, os condutores de mercadorias foram personagens fundamentais, possibilitando o escoamento da produção de Minas Gerais para a Capitania do Rio de Janeiro. Note-se que Francisco se estabeleceu exatamente em uma localidade à margem do Caminho Novo e, como veremos, exerceu as atividades de tropeiro, comerciante e prestamista.

Para mensurar a importância econômica do Caminho Novo para as Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, reporto-me a Mafalda Zemella (1990), que observa que até a descoberta do ouro o Rio de Janeiro era um pequeno núcleo urbano, de pouca importância demográfica e econômica, circundado por terras ocupadas com currais e plantações com poucas possibilidades de exportação. Após a descoberta das minas de ouro, num primeiro momento, o Rio de Janeiro pouco se beneficiou da riqueza aurífera, devido às dificuldades do caminho marítimo-terrestre que ligava as duas províncias.¹⁷ Com a abertura do Caminho Novo, nos primeiros anos do século XVIII, extremamente curto para os padrões da época, o Rio de Janeiro passou a

desempenhar o papel de “boca das minas”, para onde escoavam “os maiores lucros do comércio com as Gerais” (ZEMELLA, 1990:65).

Os bens de Francisco Ferreira Armonde compunham-se, principalmente, de bens de raiz, seguidos de escravos e de uma pequena tropa. Ele possuía três partes de um sítio, composto de matos virgens e capoeiras, com “cinco ou seis alqueires de mato plantado”¹⁸ com milho, casa de vivendas e senzala e um moinho. A outra quarta-parte pertencia a Manoel Cardoso Pires. Os dados presentes no inventário indicam que entre as atividades econômicas de Francisco estava o comércio e o transporte com tropas e possivelmente, ele negociava a venda de escravos. A condução do ouro/alimentos para o Rio de Janeiro e de produtos para as Minas Gerais dependia do transporte, realizado por tropas de mulas, muitas vezes efetivados por “empresas familiares”.¹⁹ Francisco Ferreira Armonde era tropeiro, embora no inventário de Manoel Nunes da Cruz, de 1747, ele tenha sido qualificado, no termo de fiança juntado, como “morador no sitio do Pinhão na Borda do Campo que *vive de sua rossa* (sic.) de idade de 50 anos”²⁰. Possivelmente, por esta ocasião, já com 50 anos, tenha deixado de tropeirar, transferindo esta e função para o filho, visto que, quando da realização de seu testamento, ele se declarou doente, razão pela qual o filho Manoel Ferreira Armonde conduzia sua tropa por ocasião de sua morte.

As atividades de tropeiros e comerciantes, exercidas pela família Ferreira Armonde, no caso, eram complementares. A tropa seguia para o Rio de Janeiro conduzindo os produtos dos fazendeiros da região e retornavam trazendo mercadorias que ele comercializava na localidade, diretamente ou repassando-as aos vendedores. Às vezes, a tropa trazia negros encomendados.

Além de complementares, essas atividades exigiam certo grau de especialização, que se traduzia em relações comerciais complexas para que as atividades tivessem sucesso. Era necessário estabelecer uma rede de relações comerciais/pessoais que se traduziam em relações econômicas pautadas na confiança entre as partes contratadas. Muitos tropeiros/comerciantes tinham que deixar suas mercadorias em consignação aos representantes comerciais das localidades onde negociavam. A **confiança e o crédito** eram muito importantes entre as partes, pois, concordando com Antonio Carlos Jucá Sampaio, “muito freqüentemente o crédito circulava na forma de mercadorias que eram concedidas contra um pagamento futuro” (SAMPAIO, 2003:75).

Com a morte de Francisco Ferreira Armonde, em 1751, seus bens foram divididos entre a viúva meeira, Ana Antônia de Jesus, e os seis filhos do primeiro

casamento, descontadas as custas do processo. Do monte partilhável coube a Ana Antônia R\$ 1:014\$832. Cada filho recebeu de legítima R\$ 112\$759. Vicente, Ana, Francisco e José receberam mais R\$ 184\$816 e ½, correspondente à legítima materna que estava sob a administração do pai.

Em outubro de 1755 Manoel Ferreira Armonde foi intimado para assumir a tutela dos irmãos e o Juiz determinou que os “educasse com todos os bons costumes”.²¹ Ana Maria se emancipou em março de 1753, quando tomou estado de casada com Pedro Paiva. Portanto, Manoel assumiu a tutela dos três irmãos menores que lhe restava: Vicente, Francisco e José. Em 1758 Manoel informou ao Juiz que o irmão Vicente falecera deixando testamento e seguiu os procedimentos para prestar contas da tutela deste irmão. Em agosto de 1760 Francisco Ferreira Armonde filho se emancipou por suplemento de idade, por “ter juízo e capacidade” para “governar sua pessoa e seus bens”, mesmo procedimento foi seguido pelo irmão José Ferreira Armonde. Nos anos seguintes, os jovens requisitaram e receberam suas legítimas dando ao irmão e tutor a quitação das mesmas.

Não obstante os laços de solidariedade e reciprocidade que uniam todos os irmãos Armonde, Francisco e José, os dois mais novos, aparentemente foram os que mantiveram esses laços mais fortes. Por alguns anos, perdemos a seqüência de suas trajetórias. Mas as informações sobre Francisco Ferreira Armonde filho e de seu patrimônio podem ser reavaliadas em 1775, vinte e quatro anos após a morte de seu pai, quando ele contava 38 anos. Estes dados foram recuperados no inventário de Rita Maria da Conceição, primeira esposa de Francisco, falecida abintestada em 1775.²²

Francisco Ferreira Armonde e Rita Maria se casaram em Barbacena em oito de novembro de 1773.²³ A paternidade de Rita revela as redes de relacionamento tecidas nos tempos do velho Francisco (pai) e mantidas por seus filhos. Ela era filha do vizinho e segundo testamenteiro de Francisco pai, João Alves de Araújo e de sua mulher Ana Maria de São José, natural de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo.²⁴ Este arranjo matrimonial confirma os resultados das pesquisas de historiadores e antropólogos, que apontam que os interesses comuns, com base na localidade, somados à herança identitária - pertencer a um grupo -, determinam as escolhas matrimoniais. Lembro ao leitor que Ana de São José foi a segunda esposa de Francisco Ferreira Armonde pai. Foi em companhia dela e de seu marido que viveu por alguns anos o menino José Ferreira Armonde.

Em petição de Francisco Ferreira Armonde (filho), juntada no início do processo de inventário de Rita, ele informou a morte da mulher e declarou que ela faleceu sem testamento e sem filhos, mas que tinha pais “ainda vivos e que existiam nesta freguesia”.²⁵ Ele também declarou que parte dos bens em seu poder pertenciam à sociedade que ele tinha com o irmão José Ferreira Armonde. No processo há um despacho do tesoureiro da arrecadação da Fazenda dos Órfãos e Ausentes, informando que Rita falecera sem testamento e sem filhos e que, por este motivo, “pertence a arrecadação da meação da abintestada a este Juízo dos Ausentes”. Os bens foram divididos em duas partes, uma para o viúvo e a outra como “Pagamento à abintestada Rita Maria da Conceição de sua meação”. No despacho o juiz determinou que se realizasse a partilha, abatidas as despesas com funeral e as dívidas legitimamente comprovadas, do tempo da sociedade conjugal e que “do líquido se façam duas partes, uma para o cônjuge vivo e outra para quem for herdeiro da intestada, visto que da sociedade que declarou o inventariante não consta legitimamente (sic)” – no caso, a sociedade com o irmão José.²⁶ Em nenhum momento do documento qualquer parente de Rita foi citado ou se fez presente por si ou por procuração no inventário.

O intervalo entre a morte do velho Francisco (1751) e a de Rita (1775) foi marcado por uma intensificação das transformações na conjuntura econômica de Minas Gerais. A derrocada do ouro, em processo crescente na segunda metade do século XVIII, promoveu o crescimento dos investimentos nas atividades agrárias, pastoris, mercantis e de transportes. A produção das lavouras e as criatórias necessitavam ser comercializadas e escoadas, abastecendo não somente a Província de Minas Gerais, mas, também, a Província do Rio de Janeiro, demandando investimentos no melhoramento das estradas e nos meios de transportes – ainda as tropas de bestas.

Naturalmente não podemos ignorar que as estratégias e escolhas individuais são pautadas pela conjunção de projetos pessoais com oportunidades conjunturais - políticas, econômicas e sociais. Neste sentido, é pertinente lembrar a vinda da Família Real para a até então Colônia, em 1808, a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e a abertura dos portos, em 1815. As transformações oriundas destes acontecimentos tiveram impacto direto sobre a Província Mineira. Segundo Roberto Borges Martins,

De todas as conseqüências da mudança da Corte sobre Minas Gerais, provavelmente a mais importante e de efeito mais duradouro, foi o grande incremento da participação da capitania no abastecimento do Rio de Janeiro e

de sua integração física, política e comercial com aquele mercado (MARTINS, 2008:8).

Embora haja controvérsias sobre o quantitativo populacional do Rio de Janeiro no início do século XIX, é inegável que a vinda da família real fez aumentar significativamente o contingente populacional da Corte e, conseqüentemente, a necessidade de suprimentos. Nessas circunstâncias, Minas Gerais viu o seu potencial agropecuário ser estimulado e respondeu com incremento na produção e no comércio. É ainda Roberto Martins que observa que

Assim, a partir de 1808 cresceu muito a presença e a importância econômica e política dos pecuaristas, tropeiros e fazendeiros de Minas Gerais no cenário da Corte, especialmente os da Comarca do Rio das Mortes e de São João del Rei, que era o grande centro coletor e distribuidor das mercadorias de uma vasta região (MARTINS, 2008:10).

Esta transformação, em processo na segunda metade do século XVIII e que se consolidou no início do século XIX, pode ser observada na comparação da relação dos bens descritos no inventário de Rita, em 1775, com os apresentados no inventário de Francisco, em 1814, conforme demonstrarei oportunamente.²⁷ A transformação na riqueza, que podemos perceber na análise econômica do inventário, está intimamente relacionada à importância política e social que os Armonde adquiriram na sociedade mineira e brasileira do período em análise.

Francisco Ferreira Armonde filho, no inventário da esposa, declarou que do matrimônio com Rita não teve filhos e, conforme enunciado, que parte dos bens do casal estava em sociedade com seu irmão José Ferreira Armonde. Foram listados como bens pertencentes à sociedade entre os dois irmãos sete escravos, sendo um do sexo feminino e seis do sexo masculino, no valor de R\$ 510\$000; 60 cabeças de gado vacum, avaliados em R\$120\$000; 12 bois de carro, em R\$ 57\$600; 17 éguas (entre grandes e pequenas), perfazendo o valor de R\$ 102\$000, quatro cavalos, somando R\$ 60\$000; 20 porcos (grandes e pequenos), em R\$ 12\$000; uma mula, R\$ 30\$000, dois jumentos machos, em R\$ 102\$400 e duas fêmeas, R\$ 100\$000; quatro selas usadas, avaliadas em R\$ 48\$000; 30 carros de milho, no valor de R\$ 72\$000; dois carros ferrados, em R\$ 60\$000, seis cangas avaliadas em 1\$00 e mais R\$ 200\$000 em ouro em barra.

O viúvo declarou como bens do casal seis escravos, sendo três homens e três mulheres, no valor de R\$ 260\$000; oito cabeças de gado vacum, avaliadas em 16\$000; algumas peças de vestuário já usadas, valendo R\$ 38\$000; R\$ 1:499\$200 em dívidas

ativas; o sítio Cachoeira, com matas e capoeiras e com suas benfeitorias – casa de morada, paiol, monjolo, rancho, senzalas, tudo coberto de telhas – avaliado em R\$ 600\$000; mais uma morada de casa no arraial, “tudo muito ruim”, no valor de R\$ 24\$00.

Embora os bens tenham sido listados separadamente, os da sociedade e do casal, a Justiça não considerou legítima a sociedade entre os dois irmãos, avaliando e partilhando como bens do casal todos os bens dados à descrição.²⁸ É justo supor que a justiça tenha tido as suas razões para desconsiderar a sociedade entre os irmãos José e Francisco, embora estes motivos não tenham sido explicitados no documento. Todavia, não era incomum associações familiares que objetivavam unir forças e multiplicar a capacidade de trabalho e produção. Os bens listados como pertencentes à sociedade eram, principalmente, escravos do sexo masculino, animais de transporte, evidenciando a criação para venda e também para uso de tropas, além de porcos e milho, este último necessário à alimentação dos animais. Os dois irmãos se emanciparam na mesma ocasião, apossando-se então de suas legítimas. Não é inverossímil crer que tenham se associado para fazer crescer seu patrimônio.

Dois dados merecem destaque no inventário de Rita. Primeiro a importância do percentual das dívidas ativas no montante geral dos bens (38,313%), correspondendo à maior parte da riqueza de Francisco Ferreira Armonde. Esta informação revela, para o personagem em análise, questões observadas por Graça Filho para o conjunto dos maiores negociantes de São João, a “presença de grandes valores em dívidas ativas”, comum a uma região com restrição de numerários e na qual o alto comércio “transmutava a praça mercantil de São João em centro financeiro para uma ampla região de Minas Gerais” (GRAÇA FIHO, 2002:72). Segundo, a importância dos animais de carga: mulas, jumentos e mulas pequenas, indicando a criação de bestas e a permanência do padrão de investimentos em transportes.

Totalizando o monte partilhável R\$ 3.885\$066, coube ao viúvo meeiro 1:942\$533. Para o pagamento de sua meação foram dados sete escravos, (seis homens e uma mulher); metade das 60 cabeças de gado vacum; seis bois de carro; a metade do valor das éguas; valor de dois cavalos; valor de duas selas; 20 porcos; uma mula mansa; 30 carros de milho; um carro ferrado; seis cangalhas; metade do ouro em barra; um jumento e uma jumenta; metade do valor do sítio Cachoeira; metade do valor das dívidas.

Se considerarmos que a sociedade entre Francisco e José era verídica, concluímos que ao desconsiderá-la a Justiça promoveu, no mínimo, uma situação de desconforto entre os dois irmãos. Ou José ficou com um prejuízo considerável, uma vez que os bens da sociedade foram avaliados em R\$ 1:412\$000 ou os eles entraram em acordo posteriormente. Observa-se que a meação de Francisco totalizava um valor pouco acima do considerado para os bens da sociedade. O certo é que, qualquer que tenha sido o ajuste estabelecido, a questão não promoveu a quebra das relações de solidariedade e reciprocidade entre eles, visto que vamos encontrá-los em outras transações de reciprocidade econômica se familiares.

O patrimônio fundiário de Francisco Ferreira Armonde começou a se ampliar, aparentemente, por volta de 1784. Nesse ano ele solicitou a medição e demarcação de uma sesmaria de terras no Registro de Mathias Barbosa, freguesia de Nossa Senhora da Glória do Simão Pereira, então pertencente a Vila de São João del Rei. Essa sesmaria lhe foi concedida por solicitação ao Juiz de sesmaria.²⁹

Mais tarde, Francisco Ferreira Armonde adquiriu outras duas sesmarias. Foram negócios entre os dois irmãos, José e Francisco, que garantiram ao segundo a propriedade da Sesmaria Ribeirão da Barra, em 1798. A referida sesmaria foi concedida a José Ferreira Armonde, e não está claro se ao irmão de Francisco ou se ao filho deste, e seu homônimo, o capitão, em 18 de junho de 1791, quando era Juiz de Sesmaria Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, personagem de relevância na História das Minas Gerais e que era contraparente dos Armonde. As terras solicitadas compunham-se de meia légua de terras em quadra, “terras de matas devolutas”, localizadas no Ribeirão da Barra, freguesia da Igreja Nova, Comarca do Rio das Mortes.³⁰ Confrontavam as ditas terras com a sesmaria do Alferes Francisco Ferreira Armonde, com as do Coronel José Aires Gomes (o inconfidente), com os herdeiros de José Francisco, com José de Azevedo e “com quem mais deva e haja de partir”.³¹

Essa sesmaria foi passada por cessão a Francisco Ferreira Armonde, que em maio de 1798 solicitou a sua divisão e demarcação. Por ocasião desta demarcação foram citados como confrontantes somente os herdeiros de José Francisco Pires e Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, que ainda era o Juiz de Sesmarias. Medidas e demarcadas, o sesmeiro Francisco Ferreira Armonde solicitou ao escrivão que lhe desse posse judicial e que “a queria tomar com o protesto de não prejudicar aos seus vizinhos confrontantes e nem queria mais do que os que havia comprado”.³²

Foi nesse mesmo ano de 1798 que Mariano José Ferreira Armonde, filho de Francisco Ferreira Armonde (filho), também cedeu ao pai a Sesmaria Moinhos. Mariano obteve a concessão da Sesmaria Moinhos em 17 de março de 1794, em “terras devolutas, composta de capoeiras e campos, por onde segue a Estrada Real que vai para a Vila de São João del Rei”. A dita sesmaria, de meia légua em quadra, fazia divisas com José Rodrigues de Souza, Jacinto Gonçalves, Francisco Antônio Ferreira, Manoel Faleiro, José Ferreira Armonde e Manoel Francisco Rosa.³³

Mariano solicitou a divisão e demarcação da sesmaria em 18 de maio de 1798, e, no dia seguinte, tomou posse das mesmas terras. Foi empossado nas terras “mansa e pacificamente, sem oposição de pessoa alguma”, em 19 de maio de 1798. No mesmo dia cedeu e trespassou ao pai as mesmas terras.

Francisco Ferreira Armonde faleceu 39 anos depois da primeira esposa, no dia três de maio de 1814, aproximadamente com 67 anos. As informações contidas em seu inventário permitem inferir que, pouco após a morte da primeira mulher ele se casou com Felizarda Maria Francisca de Assis, no dia oito de setembro de 1776,³⁴ que o acompanhou até a sua morte, em 1814, pois foi sua inventariante. Já em 1777 nasceu o primeiro filho do casal Francisco Ferreira Armonde e Felizarda.

Este segundo casamento deu a Francisco Ferreira Armonde (filho) uma dúzia de filhos: Francisco Antonio Ferreira (padre), José Joaquim Ferreira Armonde (padre)³⁵, Marianno José Ferreira Armonde,³⁶ Marcelino José Ferreira Armonde,³⁷ Simplício José Ferreira, Ana Quitéria Umbelina, Joaquim Ferreira Armonde, Honório José Ferreira Armonde, Manoel Inácio Ferreira Armonde, Antônio José Ferreira Armonde,³⁸ Flávio José Ferreira³⁹ e Lino José Ferreira Armonde.⁴⁰ Dos doze rebentos, uma única filha e onze filhos do sexo masculino, dos quais oito levaram o nome “José”, provável homenagem ao irmão com o qual Francisco sempre manteve laços de fraternidade, solidariedade, amizade e econômicos.

Entre a morte de sua primeira esposa, em 1775, e a sua morte, em 1814, Francisco Ferreira Armonde acumulou uma considerável fortuna. Multiplicou suas posses em escravos, bens de raiz, gado e muares. Cresceu juntamente e no mesmo compasso em que crescia a Vila de Barbacena. As atividades econômicas de Francisco Ferreira Armonde inseriam-se na lógica de produção da região onde atuava e representam a diversificação de sua riqueza.

Para dimensionar a importância econômica de Francisco Ferreira Armonde (filho) no conjunto da sociedade barbacenense de fins do século XVIII e início do XIX, reporto-me aos resultados apresentados por Adriano Braga Teixeira. No levantamento que este autor realizou para Vila de Barbacena, a partir de 214 inventários abertos no período 1791-1822, ele apontou Francisco Ferreira Armonde como a segunda maior fortuna da localidade. O monte mor do Alferes Francisco Ferreira Armonde, em 1814, foi avaliado em R\$ 23:746\$640⁴¹ ficando atrás somente do apresentado para o Coronel Manoel Bustamante, de 1809, cujo monte mor somou R\$ 24:465\$468. Além disso, Adriano Teixeira Braga assinala que o rebanho de Francisco Ferreira Armonde era o “maior rebanho encontrado na pesquisa” e “também possuía o segundo maior plantel de escravos da região” (TEIXEIRA, 2007: 97).

As propriedades de Francisco Ferreira Armonde possuíam 46 bois de carro e muitos muares/cavaleiros, atestando a possibilidade do transporte tanto para os mercados locais quanto para os distantes. Afonso Alencastro Graça Filho observou que nem todos os produtores de São João del Rei tinham esquemas próprios de comercialização de seus produtos, necessitando contratar transportadores (GRAÇA FILHO, 2002:108-109). Alguns poucos condutores controlavam o movimento das tropas, e a família Ferreira Armonde estava entre estes. O velho Francisco Ferreira Armonde (pai) já comercializava com tropas, atuando como condutor e diversificando suas atividades, uma vez que as bestas voltavam do Rio de Janeiro carregadas com produtos que eram vendidos em Minas Gerais. Com o filho Francisco e os netos, o comércio de tropas se intensificou, como também a diversificação dos negócios, com a família formando uma empresa familiar informal de condutores de cargas com transporte de bestas, e que também foram comerciantes negreiros e grandes fazendeiros.⁴²

Além de empregar seus animais na condução de gêneros para terceiros e para si próprio, o grande número de éguas parideiras, bestas novas e jumentos evidenciam que Francisco Ferreira Armonde investia na reprodução de bestas e burros, as quais provavelmente serviam tanto à sua tropa quanto para venda. O quantitativo de gado vacum, porcos e ovelhas indicam o comércio típico da região neste período: queijos, toicinho e animais.

Embora no inventário não haja a descrição de gêneros, é provável que as fazendas de Francisco Ferreira Armonde (filho), denominadas Moinhos e Bairros, produzissem alimentos, pois as propriedades estavam equipadas com senzalas, moinho, monjolo, paiol, campos de criar e terras de cultura, terreiros cercados de pedra e com

madeiras, além de outras benfeitorias não discriminadas. Francisco contava, também, com a força de 81 cativos que, equipados com arados, foices, enxadas e machados cuidavam da criação e da plantação, além dos serviços com as tropas, que requeriam o uso de alguns negros. As dívidas ativas, mesmo percentualmente menos significativas do que em 1775, ainda ocupam o terceiro lugar no montante dos bens de Francisco em 1814. A riqueza de Francisco veio junto com a distinção. Em algum momento de sua vida ele se tornou Alferes, uma vez que assim foi qualificado na documentação analisada.

Em síntese, Francisco Ferreira Armonde pai descendia de uma família açoriana que se assentou nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Na Comarca do Rio das Mortes iniciou sua trajetória de tropeiro e comerciante, atividades essas que tiveram continuidade com os filhos – Manoel, José e Francisco. No compasso do crescimento econômico da região, a família multiplicou sua riqueza, estruturou redes de relacionamentos com os principais da terra e, na terceira geração, já ocupava cargos políticos de relevo e destacava-se como uma das principais riquezas da região, mantendo uma intrincada rede de relacionamento com a praça comercial do Rio de Janeiro. Neste sentido, contribuíram de forma marcante para a formação do espaço econômico mineiro.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro (Minas Gerais – Campanha da Princesa, 1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2008.
- ARAÚJO, Luiz Antônio. *Em Nome de Deus e dos Negócios: Direitos e Tributos Minas Setecentistas (1730-1789)*. Niterói: PPGH/UFF, 2008.
- BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. **Revista Mexicana de Sociologia**. Num.2. vol. 61. abril-junho de 1999.
- BROWN, Larissa V. *Internal Commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822*. University of Virginia, 1986 (Thesis of Doctorate).
- CARRARA, Angelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais - séculos XVIII e XIX*. Mariana: UFOP, 1999.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zaar, 2000.

- FRAGOSO, J. BICALHO, M.F E GOUVEA, M. F – *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)* . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- GODOY, Marcelo Magalhães, RODART, Mário Marcos Sampaio e PAIVA, Clotilde. “Negociantes e Tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX”. *Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica (5:2003)* — Caxambu (MG). Anais/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica. Belo Horizonte: ABPHE, 2003, Cd-rom.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais (São João Del Rei, 1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Terra de preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*. Niterói: UFF, 2009 (no prelo).
- GUIMARÃES, Elione Silva. “*Tropas e tropeiros na Minas Gerais oitocentista: Francisco Garcia de Mattos, um tropeiro na Zona da Mata mineira*”. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas*. Conservatória, 2005, Cd-rom.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola”. *Anais do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Curitiba: ABPHE/UFPR, 1999.
- KUHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Português – século XVIII*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- KUNIOCHI, Márcia Naomi. “Os negócios no Rio de Janeiro: crédito, endividamento e acumulação (1844-1857)”. *Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica (5:2003)* — Caxambu (MG). Anais/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica. Belo Horizonte: ABPHE, 2003, Cd-rom.
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial Ibero-Americana*. Rio de Janeiro: 1963.
- LUZ, Paulo Ribeiro, *Material genealógico sobre a família Ferreira Armonde*, digitado.
- MARTINS, Roberto Borges. “A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais”. *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2008.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. “Os Teixeira Leite: trajetórias e estratégias familiares em Vassouras, no século XIX”. *Anais do V Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Conservatória: ABPHE, 2005. Cd-rom.
- NOZOE, Nelson. *Sesmarias e Apossamento de terras no Brasil Colônia*. **Economia**, Brasília (DF), v. 7, nº 3, pp. 587-606, set/dez 2006.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da agricultura mineira – 1780-1870*. Bauru, SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

PINTO, Francisco Eduardo. “*As Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes nas nascentes do São Francisco*”. *Anais da Associação Nacional de História -ANPUH*, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. São Leopoldo (RS).

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégia de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650-c. 1750)*. Tese de Doutorado. PPGH/UFF, 2000.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750*. www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003.

SANDRONI, Paulo (org.). *Dicionário de Economia*. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Ed. Best seller, 1989, p.72.

STANLEY, J. Stein. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853 1893*, Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena (1791-1822)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ/PGHS, 2007.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Editora da USP, 1990.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec: Edunb, 1995.

FONTES:

Consultas na Internet:

<<http://archiver.rootsweb.com/th/read/AZORES/2005-05/1117156232>> [02 de abril de 2007].

Projeto Compartilhar, coordenado por Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>.

Museu Regional de São João Del Rei.

Testamento juntado ao inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751.

Inventário *post mortem* de Manuel Nunes da Cruz, 1747.

Inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775.

Sesmaria de Francisco Ferreira Armonde, 1784, caixa 32.

Arquivo Histórico Professor Altair José Savassi

Processo de Medição de Sesmaria, 1798, caixa 127, ordem 15.

Processo de Medição de Sesmaria, 1798, caixa 157, ordem 17.

¹ Este artigo se propõe a apresentar algumas notas de pesquisa a respeito de uma tese de doutoramento que estou desenvolvendo junto à Universidade Federal Fluminense. Uma versão menor do texto foi apresentado no II Colóquio em História Agrária (Juiz de Fora, 2007) e publicado no livro **Campos em Disputa**.

² Diretor do Arquivo Histórico de Juiz de Fora/Diretoria de Administração e Recursos Humanos/Prefeitura de Juiz de Fora. Pesquisadora do Núcleo de Referência Agrária da Universidade Federal Fluminense. arqhist@powerline.com.br. Doutorando da UFF.

³ Estou utilizando o conceito de “redes de sociabilidades” tomado de Michel Bertrand, por sua vez baseada nas definições de S. Nadel e de J.C. Mitchell. Cf.: BERTRAND, 1999: 118-124. As obras de Nadel e Mitchell referenciadas por Bertrand são: NADEL, S. F. “The Theory of Social Structure”. Cohen and West, Londres, 1957 e MITCHELL, J. C. “Social Network in Urban Situation”, Manchester University Press, Manchester, 1969.

⁴ Neste mesmo sentido, cf: FURTADO, 1999; SAMPAIO, 2003; ARAÚJO, 2008; FRAGOSO, & MARTINS, 2001.

⁵ Essa cadeia de crédito/débito já tinha sido identificada por Larissa Brown no comércio de cabotagem entre o Rio de Janeiro e sua hinterlândia. Esta tese foi reforçada pelos trabalhos de João Fragoso e Antonio Carlos Jucá Sampaio. Cf. BROWN, 1986; FRAGOSO, 1992; SAMPAIO, 2003.

⁶ A respeito do Banco Comercial e Agrícola cf. GUIMARÃES, 1999; MUNIZ, 2005.

⁷ A respeito da nobreza mineira do século XIX cf. SARAIVA, 2008.

⁸ **Museu Regional de São João Del Rei** (doravante MRSJDR). Testamento juntado ao inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 17. Margarida das Candeyas (batizada em 29 de maio de 1667, na Vila de São Sebastião, da Ilha Terceira, Açores, e faleceu em 9 de abril de 1693, na mesma vila) foi a primeira esposa de Gaspar de Souto Maior (batizado em 23 de setembro de 1657 e falecido em 2 de dezembro de 1727), que após a viuvez contraiu segundas núpcias com Maria Mendes Borba. <<http://archiver.rootsweb.com/th/read/AZORES/2005-05/1117156232>> [02 de abril de 2007]. Algumas das informações sobre os Ferreira Armonde estão disponibilizadas no site do *Projeto Compartilhar*, coordenado por Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira, <<http://geocities.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, outras estão sendo preparadas para serem compartilhadas, mas me foram gentilmente cedidas por Paulo Ribeiro Luz, a quem agradeço a atenção e confiança. Estas informações foram coletadas em a partir de pesquisas realizadas nos arquivos de Portugal, nos documentos microfilmados pelos Mórmons (registros de casamento, nascimento e morte), em inventários e testamentos de diversos arquivos do Brasil. Doravante: LUZ, Paulo Ribeiro, **Material genealógico sobre a família Ferreira Armonde**, digitado.

⁹ No inventário *post mortem* de Manuel Nunes da Cruz encontra-se um termo de fiança em que Francisco Ferreira Armonde atesta ter 50 anos de idade no ano de 1747, data do dito inventário. **MRSJDR**, Inventário *post mortem* de Manuel Nunes da Cruz, 1747.

¹⁰ <<http://archiver.rootsweb.com/th/read/AZORES/2002-11/1037265125>> [02 de abril de 2007].

¹¹ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, 16-20. Cf. tb: Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro D-10 (1749-1752), Casamentos na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, fls. 234 - “Aos 16 de fevereiro de 1751, na Matriz, casou Francisco Ferreira Armonde, natural de São Sebastião da Ilha Terceira, viúvo de Ângela Camelo, filho de Gaspar de Souto Maior e de Margarida das Candeyas, com Ana Maria de São José, das Ilhas”. Cf. LUZ.

¹² Batizado em 19 de fevereiro de 1736 e falecido em 5 de março de 1736. Não deixou descendente. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro F-3 óbitos e testamentos (1747-1750), Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, fls. 113 v - 05 de março de 1756, solteiro, com testamento de 02 de março de 1756, filho de Francisco Ferreira Armonde e de Ângela Camelo. Cf., LUZ.

¹³ Nasceu na fazenda dos Moinhos. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, batizado aos 20 de setembro de 1737, filho de Francisco Ferreira Armonde e de Ângela Maria. Padrinhos: Manuel Dias de Sá e Ana Maria dos Santos. Cf., LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁴ Batizados da Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, Livro de Batismo (1737-1740), fls. 24 v - 14 de dezembro de 1739. Cf., LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁵ Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, batizados da Capela de Nossa Senhora da Piedade da Cachoeira, filial da Matriz da Borda do Campo (1733-1748); livros 1-A (1726-1741) e D-10 (1737-1751) – fls. 41 v. – Aos 15 de junho de 1741. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁶ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro D-10 (1749-1752), Casamentos na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, fls. 234. Aos 16 de fevereiro de 1751. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁷ Análises contrárias às de Zemella, que destacam a importância do Rio de Janeiro no século XVII são as de LOBO, 1963; SAMPAIO, 2000.

¹⁸ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 17v.

¹⁹ Sobre transporte de tropas nas Minas Gerais ver: GODOY, RODART, e PAIVA, 2003; GUIMARÃES, 2005.

²⁰ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Manoel Nunes da Cruz, 1747.

-
- ²¹ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 54.
- ²² **MRSJDR**, inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775.
- ²³ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro de casamentos - Aos 8 de novembro de 1773. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.
- ²⁴ A este respeito ver: WOORTMANN, 1995: 67-93; ELIAS & SCOTSON, 1993: 163.
- ²⁵ **MRSJDR**, inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775, fls.1.
- ²⁶ Idem, fls.5-6.
- ²⁷ **MRSJDR**, inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775.
- ²⁸ **MRSJDR**, inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775, fls. 5v.
- ²⁹ **MRSJD**, sesmaria de Francisco Ferreira Armonde, 1784, caixa 32. O documento está bastante ilegível, impossibilitando uma melhor leitura e mesmo o conhecimento de detalhes, tais como os nomes dos confrontantes.
- ³⁰ A respeito de sesmarias e terras devolutas conferir os trabalhos de: CARRARA, 1999; NOZOE, 2006; PINTO, 2007.
- ³¹ **AHMPAJS**, Processo de Medição de Sesmaria, 1798, caixa 127, ordem 15. Carta de Sesmaria transcrita nas fls. 4 e seguintes.
- ³² Idem, fls. 10.
- ³³ **AHMPAJS**, Processo de Medição de Sesmaria, 1798, caixa 157, ordem 17. Carta de Sesmaria transcrita nas fls.3 e seguintes.
- ³⁴ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro de casamentos – Aos 08 de setembro de 1776, na Igreja de N.S. da Glória do Caminho Novo do Rio das Mortes. Cf. LUZ.
- ³⁵ Matriz de Barbacena; Microfilme 1252364; Livro de Batismo nº 4 (1780-1785) - Aos 16 de novembro de 1780, na Capela da Piedade da Cachoeira, filial desta matriz da Borda do Campo. Padrinhos: Manoel de Araújo, por procuração que apresentou José Ferreira Armonde e Ana Rita, solteira, nascido no dia cinco do mesmo mês e ano. Cf. LUZ.
- ³⁶ Matriz de Barbacena; Microfilme 1252364; Livro de Batismo nº 3 (1776-1780) – fls. 540v - Aos 5 de maio de 1779, nasceu em 29 de abril do dito ano. Padrinho: José Ferreira Armonde. Cf. LUZ.
- ³⁷ Nasceu em 12 de abril de 1785, no Arraial da Igreja Nova, Barbacena-MG, e, faleceu em 17 de janeiro de 1850, em Barbacena. Cf. LUZ.
- ³⁸ Matriz de Barbacena, Microfilme 1252364. Livro de Batismo nº 5 (1785-1790) - Aos 19 de novembro de 1787. Foram padrinhos: José Vidal Barbosa por procuração em nome do Coronel Luiz Alves de Paiva Bello e Dona Ana Quitéria Joaquina de Oliveira. Cf. LUZ.
- ³⁹ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252365 – Livro nº1 (1797-1809) - fls. 55 – Aos 9 de outubro de 1800, na capela de N. Sra. do Rosário do Curral, filial desta matriz de N. Sra. da Piedade da Borda do Campo. Padrinhos: Rev. Cônego Antonio Alves Ferreira Rodrigues e Ana Esméria. Cf. LUZ.
- ⁴⁰ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252365 – Livro nº 1 (1797-1809) - fls. 118v – Aos 5 de setembro de 1802, na capela da Sra. do Rosário do Curral Novo, filial desta matriz de N. Sra. da Piedade da Borda do Campo. Padrinhos: Pe. Francisco Antonio Ferreira Armonde e D. Inácia Rita, filha do Coronel Manoel de Sá Fortes. Cf. LUZ.
- ⁴¹ Adriano Teixeira apresenta para o monte mor de Francisco Ferreira Armonde um valor ligeiramente inferior ao que eu encontrei. Este inventário não foi concluído e calculei o monte mor a partir da soma dos bens avaliados. O monte mor apresentado por Adriano Teixeira para Francisco Ferreira Armonde é R\$ 22:515\$440.
- ⁴² Embora eu não tenha localizado nenhum contrato de sociedade entre os irmãos Armonde, acredito, conforme demonstrarei ao longo do texto, que eles formaram uma sociedade informal, que mesmo não sendo registrada em cartório funcionava e era reconhecida pelos contemporâneos como tal. Creio que muitas outras “sociedades informais” entre parentes próximos existiram no período em análise e no século XIX. Elione Guimarães analisou a sociedade agrícola dos irmãos Ferreira de Carvalho (Mar de Espanha-MG), que segundo declaração explícita de um dos “sócios” nunca foi registrada em cartório, mas que foi reconhecida como uma sociedade e assim tratada pelo sistema judiciário da localidade durante os mais de vinte anos em que o processo dos irmãos Ferreira de Carvalho e de sua “Firma” tramitou em busca de solução no Fórum de Mar de Espanha. Cf.: GUIMARÃES, 2009 (no prelo).